

**CARTA MANIFESTO DAS MULHERES**  
**I ACAMPAMENTO DE MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL**  
**07 A 09 de março de 2007**

*“Liberdade é pouco  
O que quero ainda não tem nome”  
Clarice Lispector*

O dia 8 de março é uma data de mobilizações e luta pela conquista de direitos das mulheres. Exigimos uma vida mais digna e sociedades organizadas por relações democráticas e solidárias que garantam igualdade civil, econômica, política e social para todas as pessoas.

O dia 8 de março é também dia de reflexão, de debate, de formação e articulação. No I Acampamento de Mulheres do Rio Grande do Sul, afirmamos que nestes 3 dias pudemos mostrar que o dia 8 de março também é dia de resistência! Nós mulheres do I Acampamento de Mulheres do RS continuamos colocando a nossa luta na rua, todos os dias, em dias especiais; numa denúncia contínua contra o patriarcado; o sexismo, a divisão sexual do trabalho; as políticas econômicas diferenciadas, o machismo, a violência de gênero, a sociedade dividida em classes, a heteronormatividade, o adultocentrismo, a opressão, as concepções naturalizadas e compreendidas como verdades absolutas, entre tantas outras.

O dia 8 de março é um momento de visibilidade social em que homens e mulheres se solidarizam na construção de outro mundo, em que as diferenças não sejam experimentadas como desigualdades sociais.

Nesta Carta Manifesto expressamos nosso repúdio a práticas vergonhosas que vivemos cotidianamente. Exigimos mudanças estruturais na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, já!

**PLATAFORMA POLÍTICA**

- 1) Reafirmação do 8 de Março como uma data necessária de reflexão e de lutas dos movimentos, sempre na construção de um outro mundo possível. Por que é possível!
- 2) Compromisso coletivo com a organização do II Acampamento de Mulheres do Rio Grande do Sul e I Acampamento de Mulheres do Mercosul, para março de 2008, a partir do mês de abril/2007.

**Identidade política e Desafios da conjuntura**

- 3) Posicionamento antiimperialista e contra ação exploratória das transnacionais.
- 4) Afirmação da solidariedade internacional com as mulheres em todas as partes do mundo.
- 5) Apoio às ações que visem o fortalecimento das lutas das mulheres do Mercosul e da América Latina.
- 6) Defesa dos mecanismos de controle social que monitoram as políticas públicas para as mulheres.
- 7) Fiscalização e efetivo cumprimento dos tratados e convenções internacionais e demais dispositivos legais vigentes no país, que tratam dos direitos das mulheres.

**Promoção e Empoderamento**

- 8) Promover a equidade de gênero, com respeito às diferenças geracionais, de raça/ etnia e de orientação sexual.
- 9) Afirmação do feminismo, do protagonismo juvenil, da livre orientação sexual e do combate ao racismo, como elementos fundamentais para a sociedade que queremos construir, através de uma rede de integração entre os povos.

**Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**

- 10) Garantir o respeito aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, com livre escolha dos métodos de contracepção e acesso à informação e aos métodos de prevenção das DSTs e Aids.
- 11) Defesa de um Planejamento familiar concebido a partir do acesso à informação, à autonomia do corpo e aos métodos contraceptivos. A luta contra campanhas de controle da natalidade. Desconstituir uma possível argumentação calcada na equação de que a redução da pobreza aconteceria pela redução de pessoas pobres.
- 12) Exigimos respeito aos direitos humanos, reprodutivos e sexuais das mulheres, defendemos a legalização do aborto incorporado ao serviço público de saúde. Legalização essa que reconhece o direito das mulheres de decidirem sobre o seu corpo.

## **Educação**

- 13) Apoio e defesa da UERGS, com o retorno dos vestibulares e dos cursos de Pedagogia.
- 14) Defesa de uma política de estágios em que as jovens e os jovens participem da elaboração, da concepção, da prática, da aprendizagem e de trocas e, não apenas, que executem tarefas compreendidas como menos importantes à estrutura do processo e por período curtos de tempo, em que se tornam mão de obra barata.
- 15) Defesa de uma educação inclusiva, não sexista, que trate das questões de gênero e orientação sexual, na luta pelo fim da homofobia, lesbofobia e das transfobias, desde a educação infantil.
- 16) Exigência da implementação da Lei 10.639/03 que trata das relações raciais na educação.
- 17) Luta por creches nas universidades públicas e privadas do Estado. Turno inverso ao da escola – dos 7 aos 12 anos conforme determina o ECA.
- 18) Formação continuada para educadores e educadoras sobre as questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual.

## **Mídia e Comunicação**

- 19) Defesa do direito de resposta das mulheres à mídia tradicional (rádios, jornais e televisão) pela forma de tratamento das mulheres como objeto de promoção do consumo.
- 20) Valorização das rádios e jornais comunitários e alternativos, como espaços de expressão da luta e dos direitos das mulheres em oposição à dominação cultural da mídia burguesa.

## **Reforma Urbana**

- 21) Compreendemos que os espaços vazios da cidade deveriam ter uma função social, cultural, de moradia, política, de participação, de geração de renda, de transformação social, numa abordagem sócio-política que considere amplamente a democratização do território.
- 22) Luta pela garantia de que o título da casa seja em nome da mulher e projetos de moradia popular que considerem os vários arranjos familiares e não só a família tradicional com pai, mãe e filhos.

## **Reforma Agrária**

- 23) Lutar pelo direito através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade.
- 24) Garantia de Documentação, para que não exista “*Nenhuma mulher trabalhadora rural sem documentos*” e ampliando esse direito a todos os membros da família;
- 25) Defesa pela viabilização de políticas agrícolas como, por exemplo, crédito especial para mulheres;
- 26) Pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar;
- 27) Garantia de acesso aos direitos conquistados na Lei Orgânica da Assistência Social.
- 28) Garantia do direito à Previdência Pública e Universal que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados das trabalhadoras e trabalhadores, bem como a ampliação de direitos sociais.

## **Soberania Alimentar**

- 29) Ampliar o debate e a mobilização para assegurar a Soberania Alimentar, não só no campo, mas na cidade. Retomada da luta contra os transgênicos e dar visibilidade e valorizar as experiências coletivas de agricultoras, em especial de agroecologia, de agricultura urbana e de preparo e distribuição de alimentos, e promover o intercâmbio entre estas experiências.
- 30) Combate ao agronegócio, o deserto verde e os latifúndios de eucalipto, pinus e acácia, plantados com graves problemas de água para os pequenos agricultores. Defesa do Bioma Pampa, que é único no planeta, abrangendo parte do RS, toda a área do Uruguai e parte da Argentina.
- 31) Seguiremos fortalecendo a Campanha contra a ALCA e a OMC, retomando a discussão sobre o livre comércio e participando na Assembléia Popular Mutirão por um novo Brasil.

## **Saúde**

- 32) Luta pela aplicação de uma política de assistência integral à saúde das mulheres – PAISM, pelo governo do Estado do RS.
- 33) Programas de prevenção em HIV/Aids/DST com corte de gênero;
- 34) Aumentar distribuição de preservativos femininos, bem como divulgar amplamente este método preventivo nas Unidades de Saúde.
- 35) Lutar pelo fim da demagogia instituída em alguns Postos de Saúde em que os e as jovens só podem obter entre 8 a 12 preservativos masculinos (os femininos nem existem!) mensais. Além disto, para aqueles com menos de 18 anos é preciso que o pai ou a mãe ou a pessoa responsável assine um cadastro específico (não é o mesmo cadastro geral do Posto) para que ele ou ela obtenha os

preservativos. Retira-se assim a construção da autonomia da sexualidade e do corpo. E, mais, há nisto um impedimento na construção das relações de saúde sexual na lógica da co-responsabilidade.

36) Garantia da implantação imediata do Plano de Enfrentamento da Feminização da Aids e outras DS, que tem ações previstas até 2010, lançado pelo Governo Federal, no dia 07 de março.

37) Lutar pelo fim da demagogia instituída nos Postos de Saúde em que os e as jovens só podem obter entre 8 a 12 preservativos masculinos (os femininos nem existem!) mensais. Além disto, para aqueles com menos de 18 anos é preciso que o pai ou a mãe ou a pessoa responsável assine um cadastro específico (não é o mesmo cadastro das outras demandas) para que ele ou ela obtenha os preservativos. Retira-se assim a construção da autonomia da sexualidade e do corpo. E, mais, há nisto um impedimento na construção das relações de saúde sexual na lógica da co-responsabilidade.

### **Política de Segurança Pública**

38) Formação e capacitação dos operadores e das operadoras da Segurança Pública para atender a todas as especificidades das mulheres: lésbicas, negras, jovens, com deficiência, idosas, indígenas, ciganas.

### **Trabalho e Renda**

39) Defesa de um Salário Mínimo Nacional e de um Piso Salarial Regional dignos, que promovam o acesso das mulheres à renda proveniente do seu trabalho. Equiparação salarial para o exercício de cargos com o mesmo grau de escolaridade para homens e mulheres.

40) Combate à feminização da pobreza e visibilizar para a sociedade que a pobreza é maior entre as mulheres negras.

41) Fortalecimento de mecanismos de geração de trabalho e renda, para as mulheres afrodescendentes, lésbicas, indígenas, chefes de família, jovens e acima de 40 anos.

42) Lutamos para a implementação da Aposentadoria das Donas de Casa, que um trabalho gratuito realizado dentro de casa, não é valorado na economia e é desconsiderado nas estatísticas. Cumpre um papel fundamental na luta contra a pobreza e significa um avanço importante na direção da redução das desigualdades sociais, econômicas e de gênero e na redução da violência.

43) Defesa da Economia Solidária, que se baseia numa outra visão de economia, na qual a organização do trabalho está a serviço do ser humano e da vida e não do capital, que acumula concentra e exclui. Que afirme os valores da ética, da solidariedade, da democracia e autogestão, da construção coletiva, da transparência, da igualdade de direitos entre gêneros, da valorização do meio ambiente e do compromisso social.

44) Lutaremos por uma concepção de produção, comercialização e consumo, que incorpore valores e princípios comprometidos com a ética, a natureza, a solidariedade, a saúde, a não exploração do trabalho e a equidade, ao que chamamos aqui de desenvolvimento sustentável. A atividade econômica deve ter como objetivos a valorização do produtor e do consumidor, a não exploração do homem e da natureza, a inclusão social e o respeito aos ecos-sistemas e à diversidade étnica e cultural da produção.

### **Violência**

45) Prioridade à implantação de mecanismos de combate à violência sexista, à mercantilização do corpo das mulheres, ao tráfico sexual, à publicidade que expõe as mulheres enquanto mercadoria, que sejam capazes de romper com os valores patriarcais e sensibilizar a sociedade para a democratização da estrutura familiar, livre dos padrões heteronormativos.

46) Apoio a todas as ações que visem a efetiva implantação da Lei Maria da Penha em todos os municípios do RS com a criação **URGENTE** de Juizados Especiais de Violência Doméstica, Delegacias da Mulher, Casas de Passagem, Casas Albergues, ampliação e aperfeiçoamento a **Rede de Atendimento** às mulheres em situação de violência, ampliação do acesso à justiça gratuita, a capacitação dos profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência psicossocial.

47) Combate ao turismo e o tráfico mulheres com fins de exploração sexual.

48) Combate a política ideológica de criminalização dos movimentos sociais.

49) Luta contra a redução da idade penal, visto que esta ação em nada contribui para a transformação social e o fim das desigualdades sociais. Mais uma vez, nos colocamos em alerta para que estes discursos não estejam apenas colaborando para a relação entre pobreza e violência.

50) Defendemos o Estatuto da Criança e do Adolescente como instrumento jurídico na regulação dos direitos e responsabilidades dos adolescentes, bem como do princípio constitucional que o sustenta

## **Notas de Repúdio**

1) Repudiamos a ação da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul que sitiou a entrada de Porto Alegre, reprimindo o acesso de mulheres que participariam de uma manifestação democrática. Além disto, prejudicou o livre deslocamento de todas as pessoas que se dirigiam a cidade nos dias 07 e 08 de março.

2) Repudiamos a imposição de medicamentos. Repudiamos a oferta de medicamentos em políticas campanhistas, que devem sim estar dentro de uma política integral de planejamento familiar, respeitando os direitos sexuais e reprodutivos. Manifestamos, ainda, nossa posição contrária à Prefeitura de Porto Alegre por iniciar um programa de implantes contraceptivos em jovens de 15 a 18 anos, moradoras da periferia da cidade, sem qualquer debate com a sociedade, sem respeito às instâncias dos Conselhos (Mulheres, Saúde e CMDCA), transparência e de forma absolutamente autoritária.

Seguiremos lutando, acampando, marchando contra as desigualdades sociais, a exploração, a opressão, a intolerância, a violência sexista e a miséria. Lutando pelo empoderamento das mulheres. Lutando para que a integridade, diversidade, direitos e liberdades de todos e todas sejam respeitados. Esta Carta se baseia nos valores de igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz.

**SOMOS FEMINISTAS! UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL!**

***"NADA CAUSA MAIS HORROR À ORDEM QUE AS MULHERES  
QUE LUTAM E SONHAM!!"***

Porto Alegre, 09 de março de 2007.